

MAIS ARROCHO

Fabiana Melo
e Liana Verdini
Da equipe do Correio

O corte de R\$ 1,2 bilhão no Orçamento e o aumento dos impostos pagos pelas empresas devem complicar ainda mais a vida dos brasileiros. Como a ordem no governo é economizar, é provável que falte dinheiro para conservação das estradas e construção de pontes, escolas e hospitais.

Passar a faca nos recursos destinados a obras de infra-estrutura é a saída mais fácil para o governo. Mas pode trazer grandes prejuízos para a população a médio prazo, como, por exemplo, gastos extras com o conserto do carro danificado nos buracos das rodovias e o aumento nos preços dos fretes.

"Se cortarem mais em infra-estrutura, vamos ter mais buracos nas estradas e o Custo Brasil será ainda maior", afirma o economista Raul Velloso. Custo Brasil é uma série de fatores que encarecem a produção.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, lembra que o governo reduziu os investimentos em infra-estrutura em 1998 e neste ano, quando teve de ajustar as contas para proteger o real da crise financeira internacional. Os cortes no Orçamento serão definidos pelos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento e Gestão.

SERVIDORES

O outro R\$ 1,2 bilhão que falta para o governo garantir a receita de R\$ 2,4 bilhões perdidas na semana passada, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados e impediu o aumento do desconto dos funcionários públicos da ativa, serão pagos pelas empresas.

Conforme o pacote anunciado ontem pelos ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, os empresários não poderão mais descontar do que devem ao Fisco uma parcela da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para compensar, o governo reduziu a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de 12% para 9%.

Se tudo estivesse correndo bem na economia, o aumento dos impostos deveria provocar a imediata elevação dos preços. Mas como os consumidores estão sem dinheiro e há muitos desempregados, as empresas não devem repassar o novo custo. "O poder de compra dos brasileiros está tão reduzido que será difícil haver impacto na inflação", afirma Horácio Lafer Piva, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

"Como o país enfrenta um quadro recessivo, não terá aumento. Os empresários terão de diminuir a margem de lucro", calcula o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do Banco Central.

SONEGAÇÃO

Outro prejuízo que o setor empresarial terá de engolir é a perda de competitividade, causada pelo aumento da carga tributária, afirma o economista Felipe Ohana, professor da Fundação Getúlio Vargas em Brasília. "Além disso, o aumento do imposto incentiva a sonegação", conclui. Além disso, é provável um aumento da inadimplência.

Wilson Pedrosa/AE



Malan e Tavares no anúncio do pacote: se o Brasil não estivesse em recessão, as empresas repassariam o aumento de impostos ao consumidor

"A forma como o setor produtivo se vinga do governo, quando há aumento de carga tributária, é com mais inadimplência e sonegação. Esse quadro deve piorar", prevê Lafer Piva.

Menos competitivas, as empresas podem ser obrigadas a cortar as despesas onde for possível e há a possibilidade de mais demissões e redução de investimentos em modernização e aumento da produção. "O primeiro semestre, normalmente, tem atividade econômica reduzida. Com mais esse aumento de carga tributária, pode haver reflexo nos níveis de desemprego", diz o presidente da Fiesp.

O presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal (Fecomércio), Sérgio Koffes, afirma que, com as novas medidas, os consumidores podem se preparar para um Natal mais caro este ano. "Quem vai pagar a conta é o consumidor, mais uma vez. As empresas não vão absorver esse aumento de custos sozinhas."

COMÉRCIO

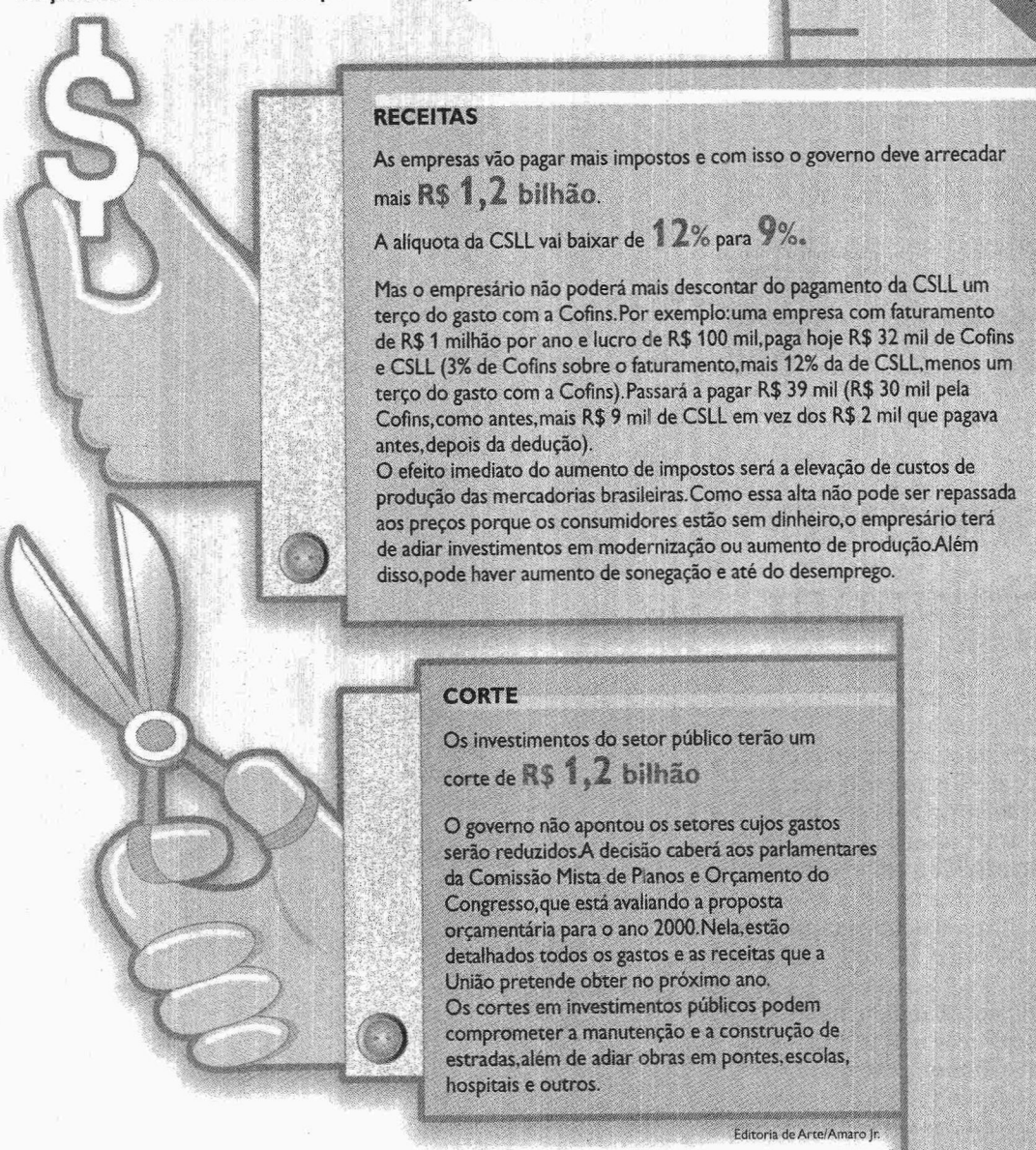
Para ele, a medida reduzirá ainda mais o movimento do comércio nesse final de ano. Até setembro, as vendas no DF apresentaram uma queda acumulada de 21%. Os preços para o consumidor, segundo pesquisa da Fecomércio, tiveram um aumento acumulado de 13,9%. Koffes afirma que a esperada reação nas vendas, no último trimestre do ano, está comprometida a partir de agora.

O presidente da Federação das Indústrias do DF (Fibra), Lourival Dantas, também reagiu negativamente ao anúncio das medidas. Dantas ressalta que, com o aumento dos custos, a criação de novos postos de trabalho ficará mais difícil para as empresas. "Combater o desemprego tornou-se uma tarefa ainda mais complicada", afirma.

O governo também anunciou ontem um conjunto de medidas para evitar a lavagem de dinheiro e o planejamento tributário, usado para evitar o pagamento de impostos. Os juros remetidos ao exterior para pagar os empréstimos tomados a partir do

MENOS INVESTIMENTO, MAIS IMPOSTO

O pacote anunciado ontem pelo governo tem o objetivo de recuperar a receita de R\$ 2,4 bilhões perdida com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impediu a cobrança de contribuições previdenciárias de servidores aposentados e o aumento dos descontos dos funcionários públicos da ativa. O governo precisa deste dinheiro para cumprir o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e vai cortar despesas do Orçamento e aumentar os impostos das empresas.



"O lado importante desse pacote foi mostrar ao mercado que há austeridade. Perdeu receita de um lado e compensou quase imediatamente de outro. Dessa forma, pode passar credibilidade fiscal", avalia o economista Felipe Ohana.

PRESSÃO

Os cortes no Orçamento podem, também, funcionar como moeda de troca na aprovação dos projetos de grande interesse por parte do governo. "Tem um pouco de ameaça ao Congresso Nacional nessas medidas", calcula Belluzzo.

Os parlamentares sofrerão ainda com a responsabilidade de decidir o que será cortado, em véspera de ano eleitoral. De acordo com o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, como o valor dos cortes não é tão grande, é mais fácil negociar com os parlamentares do que retirar a proposta do Congresso, cortá-la e enviá-la novamente. "Dessa forma, ainda evitamos que haja atrasos na tramitação", explica.

■ Colaboraram Flávia Filipini e Denise Rothenburg

próximo ano passam a pagar 15% de Imposto de Renda. Os técnicos da área econômica prepararam um projeto de lei para alterar o Código Tributário Nacional, recheada de propostas polêmicas.

Uma delas é a que limita a um ano o efeito das liminares para suspensão de pagamento de im-

postos, exceto a concedida pelo Supremo. E a que permite a quebra do sigilo fiscal para fins penais, inscrição na Dívida Ativa da Fazenda Pública e parcelamento ou moratória.

Com o pacote anunciado ontem o governo pretende mostrar ao mercado internacional que está seriamente comprometido

com o cumprimento das metas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada em junho e acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A equipe econômica quis mostrar que vai conseguir o superávit primário de 2,65% do Produto Interno Bruto (PIB) acertado com o FMI.